DECRETO COM VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2002
ATUALIZADO ATÉ O DECRETO 10.735/2002, DE 25/02/2002
DECRETO Nº 10.367, DE 22 DE AGOSTO 2000.

Concede crédito fiscal presumido nas operações com produtos primários, realizadas por estabelecimentos de cooperativas agrícolas, deste estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso da atribuição que lhe confere inciso XIII do art. 102 da Constituição estadual,

CONSIDERANDO o disposto no § 7º do art. 73 do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.560, de 13 de abril de 1989,

CONSIDERANDO o interesse governamental em estimular o cooperativismo neste Estado,

D E C R E T A:

*Art. 1º Fica concedido aos estabelecimentos de cooperativas agrícolas deste Estado, crédito presumido correspondente a 7,20% (sete inteiros e vinte centésimos por cento), sobre o valor total da operação, na saída de produtos primários que realizarem, a partir de 1º de janeiro de 2002.

***Art. 1º com redação dada pelo Dec. nº 10.735,
de 25 de fevereiro de 2002, art. 1º**

§ 1º O crédito de que trata este artigo será utilizado, opcionalmente, pelo contribuinte, em substituição ao sistema normal de tributação, vedado o aproveitamento de quaisquer outros créditos fiscais.

§ 2º para efeito da apropriação do crédito presumido a que se refere o **caput**, o contribuinte deverá:

I – emitir Nota Fiscal englobando todas as operações do período, com destaque do valor do crédito a apropriar;

II – registrar, no período, o valor do crédito outorgado no campo 007 – “Outros Créditos” do Livro Registro de Apuração do ICMS, para abater do valor do débito gerado no mês, mediante a indicação: “Crédito presumido autorizado na forma do art. 1º do Dec. nº _____ / 00”.

Art. 2º Os casos omissos relacionados com a aplicação deste Decreto serão resolvidos em ato do Secretário da Fazenda.

*Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2000.

***O prazo de que trata este artigo foi prorrogado para 31 de dezembro de 2002, conforme Dec. n.º 10.735, de 25 de fevereiro de 2002, art. 2º**

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 22 de agosto de 2000.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DA FAZENDA